



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Diligência	REUNIÃO Nº: 0689/14	DATA: 22/05/2014	
LOCAL: Estado do Rio de Janeiro	INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 16h19min	PÁGINAS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO HENRIQUES - Deputado Estadual.  
MARCOS MORAES FAGUNDES - Coordenador do 4º CAO - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro — MPRJ.  
THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES - Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Discussão sobre casos de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, especialmente o conhecido como “Meninas de Guarus” em Campos dos Goytacazes - RJ.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
A gravação foi interrompida a pedido da Presidência.  
A reunião foi suspensa e reaberta.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Declaro aberta a presente reunião, realizada no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro — MPRJ.

Estão presentes o Promotor de Justiça Marcos Moraes Fagundes, Coordenador do 4º CAO — Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do MPRJ, o Sr. Thiago Cerqueira Ferrugem Nascimento Alves, Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, e o Deputado Estadual Roberto Henriques, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo da presente reunião é a discussão sobre o caso conhecido como “Meninas de Guarus”.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Estadual Roberto Henriques, porque foi feita uma denúncia na CPI, em Brasília. Nós recebemos algumas informações e gostaríamos de saber por que até hoje ainda não foi tomado algum tipo de providência em relação a esse caso, já que envolve crianças e adolescentes. Nós soubemos que houve uma prisão e que havia muitas pessoas — empresários, políticos — da cidade envolvidas no caso, e a menina que denunciou, que foi a denunciante, está desaparecida.

Eu gostaria de conversar com o Deputado que tem acompanhado o caso, para que ele possa dizer por que todos os juízes se declararam suspeitos no caso de Guarus.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Boa tarde à Deputada Liliam Sá, à sua equipe e assessoria, ao nosso anfitrião, que representa aqui o Ministério Público, Promotor de Justiça Marcos Moraes Fagundes, e ao Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, Thiago Ferrugem!

Deputada, a mesma coisa. Eu estou igual à senhora, buscando respostas. Até hoje esse caso suscitou muito mais perguntas do que respostas.

No ano de 2009, veio à tona, através das redes sociais, através da imprensa de Campos dos Goytacazes, narrativas — em diversas matérias jornalísticas e em matérias provenientes das redes sociais —, dando conta de que teria acontecido o assassinato de infantes em Campos dos Goytacazes, rede de pedofilia, e que o que dava a narrativa, dava conta, justamente era o que a senhora acabou de dizer: uma



menina se desvencilhou de um cativo — pelo menos é o que a gente sabe pela imprensa, eu não sei nada oficial — e foi ao Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar, à época, não foi omissor. Duas conselheiras acompanharam o caso, fizeram o correto. Foram até a 146ª Delegacia de Polícia, localizada no Bairro de Guarus, onde os fatos narrados pela menina às conselheiras teriam acontecido. A partir dali, a sociedade de Campos, como todos nós, autoridades públicas, esperávamos que as autoridades policiais, o Ministério Público, que estava conduzindo esse caso, trouxesse um desfecho dando ciência e satisfação à sociedade sobre esse pavoroso caso.

Eu cheguei a Deputado aqui na Assembleia Legislativa. Antes eu fui Vice-Prefeito em Campos, fui Prefeito, assumi a Prefeitura em diversas oportunidades. Também — primeiro, pelo meu dever de cidadão; depois, como cidadão, e apesar de não ter tido a aventura de ser pai — trabalhei como Secretário Municipal na implementação das políticas básicas de atendimento à criança.

Eu percorri este País e diversos Municípios a convite do Governo Federal, à época, quando ainda se estava discutindo a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Depois, presidi a primeira eleição do Conselho de Direitos e de Conselhos Tutelares em Campos.

Então, por todos esses motivos — pelo motivo de ser um cidadão e também pela imposição que é feita a nós, pessoas que ocupamos cargos públicos —, como Deputado Estadual, quando aqui cheguei, eu pensei: *“Eu agora posso ajudar mais. Investido do mandato parlamentar, eu posso colaborar mais na tentativa de cobrar a solução para esses problemas”*.

Inquieta-me muito esse caso. A cada dia que a gente discute esse caso, eu, cada vez mais, fico confuso. Vejam bem o porquê desse silêncio sepulcral das diversas instituições por onde passaram esse inquérito. Vejam bem! As duas conselheiras tutelares tomaram as providências. Mas por que o silêncio do Conselho Tutelar de Campos sobre esse caso? A gente não vê uma iniciativa de cobrança do Conselho Tutelar nesse caso. Depois, também cabe a ele, institucionalmente, essa função, além de fiscalizar as políticas de atendimento à criança.

Então, depois, o Ministério Público... Eu peço aqui vênias ao representante do Ministério Público. Eu vejo que a Promotora Renata Felisberto foi diligente, mas o



Promotor Leandro Manhães ficou com esse caso anos a fio. E não... Sempre, até em matérias jornalísticas que os senhores vão verificar aqui, inclusive prometendo: *“Daqui a 15 dias vamos denunciar o caso”*.

Eu não estou aqui fazendo juízo, nem julgando a essência, nem, talvez, as dificuldades que o Ministério Público pode ter encontrado, uma vez que, segundo as informações que vêm da imprensa, há de tudo nesse caso.

Para terem ideia, chegou a mim — tão logo eu comecei a requerer as audiências públicas na Assembleia Legislativa —, anonimamente, a cópia de um inquérito. Eu, por questão de responsabilidade, de compromisso — não faço favor a ninguém; é minha obrigação — com a verdade e compromisso para que se faça justiça e não qualquer outro tipo de sentimento, não ousou sequer divulgar um papel. Nunca divulguei! Por quê? Se a imprensa informa que tem assassinato de crianças, onde é que estão esses corpos? Onde é que estão essas famílias que nunca reclamaram esses corpos? Eu nunca vi! E olha que eu sou uma pessoa razoavelmente bem informada na cidade.

Depois...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - São quantas famílias?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Eu não sei! Fala-se em uma rede. Eu pude observar, pela divulgação das matérias, que existiam crianças sumidas, assassinadas, etc. É o que dizem as matérias. Mas onde é que estão as famílias?

Aí, depois, as matérias jornalísticas falam de extorsão. Olha só como é que o caso é grave! Então, eu fico assim... Eu jamais ousaria publicar qualquer tipo de cópia de oitiva que possa ter nesse inquérito. Eu tenho cópia dele, veio para mim, anonimamente, na portaria do meu prédio. Quem extorquiou? Quem foi extorquido? Eu não sei! Qual a peça que existe ali é verdadeira? E qual a peça desse inquérito é falsa? Aí eu pergunto: se existe uma peça para extorquir e existem peças verdadeiras, eu poderia, ao divulgar, ajudar a condenar um inocente ou, às vezes, até a inocentar um culpado, e colocar à desconfiança pública pessoas, seres humanos, homens, mulheres. Não sei quem são esses que estão sendo acusados.

Então, por isso, eu fiz o quê? Eu procurei agir institucionalmente. Eu fui à Comissão de Direitos Humanos e requeri uma audiência, no ano de 2012.



O Deputado Marcelo Freixo, eu tenho tido até alguns embates com ele na Assembleia Legislativa, é muito diligente para muitos casos. É um Deputado atuante, mas nesse caso das Meninas de Guarus ele se comportou muito parecido com o Ministério Público, personagem do Ministério Público, como outras autoridades, como é o caso do Senador Magno Malta.

O Senador Magno Malta tomou ciência desse caso, presidiu a CPI da Pedofilia. O Deputado Geraldo Pudim disse, certa feita, publicamente, que encaminhou esse caso também para ele.

O Senador Magno Malta vai a Campos assistir luta de MMA regularmente, rotineiramente, e nunca foi lá saber sobre o caso dessas crianças.

Então, vejam bem: em novembro de 2012, eu requeri essa audiência pública. A audiência pública só foi marcada em maio do ano seguinte. Aconteceu a audiência pública. Quando aconteceu a audiência pública, nós tivemos um sucesso: o Dr. Marfan designou uma nova promotoria. Tirou o Dr. Leandro Manhães e colocou a Dra. Renata Felisberto.

Até aqui, até o que eu sei, ela foi uma promotora diligente. Ela solicitou serviços à Justiça de Campos. Foi a informação que ela mesma me deu por telefone. Aí o caso toma um silêncio. Tomando um silêncio, eu, até para agir institucionalmente, começo a cobrar, por ofício, à Comissão de Direitos Humanos a buscar informações. Isso para não ser o Deputado Roberto Henriques. Correto? E até como membro da Mesa Diretora, Vice-Presidente da Casa, eu não fazer uma ação sobreposta à Comissão de Direitos Humanos, cobrando, cobrando, cobrando.

Não recebi qualquer tipo de resposta da Comissão de Direitos Humanos, das suas ações. Nenhuma daquelas que eu, *ex officio*, solicitei ao Deputado Marcelo Freixo.

Então, vejam bem: quando eu percebia que a Comissão de Direitos Humanos não me respondia e que estava sendo um tanto diligente... *“Cadê Amarildo, cadê isso, cadê aquilo.”* E por que não: *“Cadê a menina de Guarus?”* Esta é a pergunta que eu sempre faço ao Deputado Marcelo Freixo.

E quero ressaltar aqui, diante dos órgãos da Justiça, diante da senhora, olhando nos olhos de vocês, que por diversas vezes, informalmente, antes de ir à tribuna, eu pedi oralmente ao Deputado Marcelo Freixo: *“Deputado, o senhor precisa*



*responder os meus ofícios”. “Deputado, eu vejo o senhor tão diligente em outros casos”. “Deputado, esse caso eu não tenho percebido...”* Vocês vejam que, no jornal, eu até pedi a ele: *“Marcelo, você que tem certa visibilidade na mídia, que eu inclusive não tenho, ajude a gente a formar opinião para cobrar isso, Marcelo”*.

Ele nunca fez isso. Vocês vejam que, hoje, no jornal *O Dia*, ele está lá defendendo um caso do rapaz da Polícia Militar que fez um vídeo e fez uma dança num curso da Polícia Militar. Entretanto, nesse caso, a gente observa que o Deputado...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Criança não dá voto.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - ... Marcelo Freixo, ele foi... Então, eu quero aqui, não estou faltando com a ética. Se ele aqui estivesse, eu estaria falando, até porque fiz isso publicamente e com ele na Assembleia, com ele na tribuna, eu fiz essas cobranças, depois de cobrar, por diversas vezes, oralmente.

Então, Deputada, para concluir a minha participação e me colocar à disposição para qualquer tipo de pergunta, eu, percebendo que a Comissão não me dava respostas, tomei a liberdade de, dias atrás, ligar para a Promotora Dra. Renata Felisberto.

Liguei para ela e disse: *“Oi, Doutora! Tudo bem? Doutora, eu queria saber uma coisa acerca do inquérito do caso Meninas de Guarus. A quantas anda?”* Ela disse: *“Olha, Deputado, eu estou muito triste, porque, o senhor sabe, eu tomei as medidas, solicitei serviços à Justiça, mas, lamentavelmente, juiz após juiz”* — até ali ela não me disse quantos juízes tinham se dado por impedidos — *“foi se dando por impedido”*. Aí, de posse daquela informação, eu subi à tribuna e denunciei mais essa dificuldade para apurar esse caso. E para a minha surpresa, nos últimos dias, veio a informação de que já são 16 ou 17 juízes que se deram por impedidos, e que esse caso já estaria numa comarca tabelar, que é a Comarca de São João da Barra.

Então, como a senhora percebeu, eu tenho tantas perguntas quanto a CPI da qual a senhora é Relatora. Eu tenho tantas perguntas quanto o Ministério Público também deve ter.

O que me assombra, doutora, é que diversas autoridades tomam conhecimento desse caso e não há uma mobilidade para dar um desfecho para esse caso.



Era isso que eu queria colocar. Coloco-me à disposição para as perguntas.

Eu quero passar também às mãos da senhora... Veja bem! Até eu sempre digo isso: "*As Meninas de Guarus, quase 2 anos, e nada*". É uma reportagem da revista *Somos Assim*. Essa é uma matéria. Depois vem aqui: *Pedofilia — as Meninas de Guarus, no programa de proteção a testemunhas, meninas reconhecem por fotos dezenas de envolvidos*. Olha só! Depois vem outra matéria: *Pedofilia, poder e drogas. As Meninas de Guarus. Quadrilha também explorava meninos e fazia ameaças de esquartejamentos*. O caso vai parar na CPI da Pedofilia. Depois...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu vou pedir ao nosso secretário que pegue, no relatório final da CPI da Pedofilia, a fala do Senador Magno Malta sobre esse caso das Meninas de Guarus.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Depois, Deputada, há mais uma matéria, uma história sórdida: *Meninas de Guarus — pedofilia, poder, prostituição, drogas, homicídios, extorsão*. Lá de Campos: *Ministério da Justiça aceita denúncia da pedofilia em Campos*. Pedofilia, prostituição, poder, drogas, extorsão, homicídios! Depois vem: "*As Meninas de Guarus — população anseia por conclusão de investigação do Ministério Público*." Até peças de tênis das crianças a revista coloca. "*As Meninas de Guarus — pedofilia — mais de 20 envolvidos deverão ser denunciados pelo MP. Objetos das meninas assassinadas mostram a infância roubada e a vida também*."

E há aqui tantas outras reportagens das mídias sociais. Aí eu digo o seguinte: se isso tudo for mentira, esse jornalista tem que ser preso, porque é um ato de irresponsabilidade muito grande alguém, que é dono de uma revista, colocar isso. Agora, eu me recuso a crer que um órgão de imprensa iria colocar, de forma contundente, essas notícias.

Essas notícias vieram à sociedade. Todos nós, a sociedade civil, nós as autoridades, ansiamos por respostas. É isso que eu venho cobrando. Eu não tenho questiúncula pessoal com ninguém, nem com nenhuma autoridade. Eu cobro institucionalmente. Ao mesmo tempo em que critiquei o Dr. Leandro Manhães, eu ressalto aqui a diligência de outro membro do *parquet*, a Promotora Renata Felisberto, como também registro aqui a diligência do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Marfan, que, quando soube da audiência, imediatamente designou nova



promotoria. Porém, um caso como esse, de 2009, eu acho que já há tempo suficiente para dizer quem extorquiou, quem matou, quem morreu, onde estão os corpos dessas crianças.

Era isso que eu queria colocar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Deputado, vocês chegaram a fazer uma acareação com as testemunhas?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Não, não. Eu não...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês só foram lá para ouvir?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Não, a Comissão foi lá. Eu, como membro da Mesa Diretora, não posso... Eu participei como requerente. Nós fomos lá. O Ministério Público foi convidado, mas não se fez presente. Estiveram presentes o delegado que instaurou o inquérito, o Dr. Geraldo Rangel, e mais uma delegada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Por que o Ministério Público não foi?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Não, não sei.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Recusou-se a ir?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Aí eu não posso, por razões éticas, responder. Quem deveria responder é o Deputado Marcelo Freixo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não veio ninguém?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - As duas conselheiras tutelares, que inicialmente atuaram no caso, pediram para não comparecer, por medo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Medo de quem?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Não sei se elas também foram ameaçadas. Elas foram convidadas, mas pediram para não comparecer.

Recentemente, doutora, eu falei até sobre a possibilidade de CPI na Assembleia Legislativa. Falei disso. Mas eu pensei assim: "*ano eleitoral*". Lamentavelmente, quando se fala em CPI, deveria ser encarada como um instrumental do Estado brasileiro. Mas, infelizmente, quando se fala em CPI o cara já está condenado. Aqui existe essa cultura de preconceito. Eu falei até com o Deputado Marcelo Freixo na tarde de ontem: "*Deputado, caso essa coisa não*



*evolua, a gente pode até propor CPI para o ano que vem, que já não é ano eleitoral, não fica sob suspeição nem nada. Encaminha para o Conselho Nacional de Justiça”.*

Mas como hoje...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu vou fazer isso. Eu vou encaminhar para o Conselho Nacional de Justiça.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - ...eu soube, pela minha assessoria, da presença da CPI aqui, vejo que não há necessidade de criar CPI na ALERJ. Se existe a CPI na qual a senhora está atuando, que a Deputada Erika está presidindo, eu não vejo necessidade de fazer um paralelismo de ações. Eu vejo assim: venho aqui, como cidadão residente em Campos — muito mais como cidadão do que como Deputado —, pedir. E é o que eu tenho feito. Esses dias fui a esse comitê instalado aqui em virtude da Copa do Mundo e entreguei essas mesmas cópias. É o que eu tenho feito: fazendo o meu papel, tentando ajudar, pedindo solução para o caso, por uma questão de consciência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Deputado, vocês pediram para ouvir o Leilson Rocha da Silva? Ele foi preso — era ele que comandava a rede de exploração — e já está solto. Vocês não pediram para ouvi-lo?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Deputada, eu acho até que a senhora poderia convocar o Deputado Marcelo Freixo, que poderia responder pela Comissão. Eu fui requerente da audiência pública. O que houve de trabalho material foi a audiência pública realizada em Campos. Se o Deputado Marcelo Freixo, à época, convidou, convocou ou foi ouvi-lo na prisão — não sei nem se o rapaz estava preso —, aí, confesso que eu não sei.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Ele foi preso. O que nós sabemos é que, no final do ano passado, ele já estava na rua. Ele é conhecido como Alex. A Vereadora Odisséia Pinto de Carvalho, que fez a denúncia na CPI, disse que existiam dois inquéritos: um é o que está na Justiça e o outro, falso, que estava rodando a cidade. Nós chegamos a solicitar essa documentação, viemos aqui no Tribunal de Justiça, falamos com o Dr. Marfan, na época, junto com o Deputado Pudim, e ele mandou ver onde estava o processo, o que tinha acontecido. Foi aí que nós descobrimos que ele estava em outra comarca, estava lá em Duque de Caxias.



Aí ele designou a Promotora Renata. O que nós soubemos foi que nove juízes se declararam impedidos, suspeitos, e que quando nós pedimos cópia...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - A senhora soube dos nove juízes quando? Este ano?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Lá no Tribunal de Justiça, no final do ano passado.

Depois nós pedimos à juíza cópia desse processo, que está em sigilo, mas ela negou. Pedimos ao Tribunal de Justiça, mas ele negou. E nós vamos pedir ao Supremo e também vamos encaminhar esse caso ao CNJ para que acompanhe o caso. As juízas que negaram o nosso pedido foram a Dra. Anna Carolinne Licasalio da Costa, da 2ª Vara Criminal de Campos, e depois a Dra. Maria Paula Gouvea Galhardo, juíza auxiliar da Presidência do TJ do Rio de Janeiro. A CPI tem prerrogativa de ter acesso a essa documentação mesmo em sigilo de justiça, e eles negaram. Então, nós vamos para uma instância maior.

Nós estávamos trabalhando naquele caso de Manaus, do Adail Pinheiro, o qual tomou muito tempo da CPI, porque teve um desdobramento muito grande. Tivemos que estar em Coari várias vezes, porque as testemunhas estavam sendo ameaçadas. Nós tivemos que recorrer para que elas ficassem sob proteção. O caso foi muito pesado. O Adail está na cadeia aguardando julgamento. Nós não pudemos nos debruçar em cima desse caso. Então, nós viemos ao Rio de Janeiro, hoje, para saber como está o andamento. Chamamos a Promotora Renata, para ela nos dizer o que está acontecendo, mas ela não veio. Depois vamos conversar com o secretário.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Ele fez vários... Há uma lista. Nós chamamos várias para essa reunião de hoje, mas não vieram. Então, fica muito difícil para nós da CPI acompanhar o caso. O que eu vou fazer? Vou pegar tudo que a Vereadora nos entregou, o material que o senhor está disponibilizando, as notas taquigráficas da sua fala, e vamos pedir ao CNJ que dê uma solução para esse caso. Que ele venha a acompanhar, que venha saber o porquê de tudo isso.

A menina Jessica está desaparecida, sumiu, ninguém sabe se ela foi morta. O Vereador de Guarus disse que as famílias têm medo de falar qualquer coisa, que



estão coagidas, porque têm medo de serem mortas também, como as meninas Marcelly Ingrid de Souza e a Juliana. Eles têm medo.

A primeira coisa, já que o senhor é de lá, é localizar essas famílias, tentar pegar um depoimento sigiloso dessas famílias e entregar esse depoimento à CPI para colocar junto com a documentação que vamos enviar ao CNJ. Nós estamos encerrando o trabalho da CPI por causa da Copa do Mundo. No dia 6, nós temos que entregar o relatório final, mas vamos fazer, dentro da Comissão de Direitos Humanos, uma Subcomissão de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para continuar acompanhando o desdobramento do trabalho da CPI. Nós já estamos entrando com esse pedido de uma subcomissão.

Se o senhor tiver mais informações, até as notas taquigráficas da audiência com o Deputado Marcelo Freixo, gostaríamos que nos enviasse, e tem que andar o mais rápido possível porque eu queria colocar...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - As notas taquigráficas, sim. O primeiro pedido da senhora eu não vou atender. Por quê? Veja bem. Conforme eu disse aqui e conforme a senhora também está dizendo, existe um inquérito verdadeiro e um inquérito falso, extorsão. Então, eu vejo...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Esse outro inquérito que foi feito foi para extorquir as autoridades que estavam envolvidas no caso. Não é isso?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Uma opinião, uma opção por experiência de vida e da comunidade lá. Eu vejo minha avaliação. Eu estou nesse caso, muito diretamente nele. Quem tem que dar conta disso tudo são as autoridades policiais, o Ministério Público e a Justiça. É quem está conduzindo. Eu não ousou conduzir e, até mesmo sabendo da prerrogativa da CPI, Deputada, eu acho que foi...

Nesse caso, eu concordo com a Justiça de não dar as peças. Vou dizer por quê. Num caso desses, não sei se o Promotor Dr. Fagundes... Veja bem, o senhor poderia... Eu estou colocando para a Deputada Liliam que discordo muito da condução disso. Tanto o Ministério Público como a Justiça, eu acho, têm que concluir isso. Já houve tempo para concluir. O que eu falo aqui não é nada, não tem nada de pessoal contra ninguém. Se tem um defeito que eu não tenho é esse. Mas veja bem, eu concordo com a Justiça de não abrir esse caso. Eu acho que é



cauteloso, Deputada. Eu acho que é cauteloso. Por quê? Veja bem a cautela que eu tive: tenho uma montanha de papel que me entregaram e não deixo nem assessor meu vê-la. Correto? Por quê? Porque eu sei lá se aquilo ali foi colocado como uma isca para nós, as autoridades públicas, que temos a inviolabilidade da tribuna para a gente falar. Eu posso subir à tribuna... Medo de morrer? Eu já fui ameaçado quantas vezes! Eu já vi a morte sorrindo para mim muitas vezes. Entendeu? Não é que eu não tenha medo, mas Deus, na hora, me deu coragem.

Mas eu vejo assim: eu acho que não seria prudente de minha parte nem de qualquer outro — desculpa, mas a liberdade que eu tenho com a senhora, eu posso dizer assim —, ter nas mãos para, em audiência aberta, a gente falar, ou qualquer coisa. Ter essa cautela. Aí eu acho que a Justiça acerta quando não divulga. Apenas o que eu quero da Justiça é que ela apure. O que eu quero da polícia? Que ela apure. Eles que têm as condições técnicas de apurar. Correto?

Então, por exemplo, eu sou uma pessoa muito conhecida em Campos. Eu começo a mandar alguém ir lá na casa da pessoa para tentar convencer, ou eu vou. Aí, daqui a pouco, eu posso colocar essas pessoas em risco. Então, eu quero me declinar do pedido da senhora, não por mim, mas pela justiça ao caso e também até em proteção dessas pessoas. Correto? Nós temos a nossa condição de nos proteger, nós temos muitas prerrogativas. Elas, coitadas, vivem ao relento.

Eu tenho essa cautela e discordo muito da condução que a Justiça está dando a este caso. Mas neste caso — viu, Thiago? — eu concordo. Por quê? Em não abrir. O que nos interessa? A mim, por exemplo, o que me interessa? É apurar — para que a verdade flua, para que ela apareça — quem é o culpado. Correto? Quem extorquiou vai ter que ser punido. Não é? Quem foi extorquido é vítima também. As crianças gozam de primazia perante as leis. E este caso fica aí estes anos todos e não se conclui! Eu vejo assim: já existem tecnologia disponível e as técnicas processuais disponíveis para se concluir este caso.

Então, eu acho que a nossa cobrança — nossa, enquanto autoridade — tem que ser em cima de onde encontra... Hoje, por exemplo, eu nem estou cobrando, eu freei a minha cobrança ao Ministério Público. A partir do momento em que a Dra. Renata deu sequência, eu parei de cobrar. Eu estou cobrando da Justiça. Eu, quando subo à tribuna, falo: é incompreensível 17 juízes (*ininteligível*) e para uma



comarca tabelar, um Município como Campos, que foi pioneiro na instalação do Estatuto da Criança e do Adolescente! Que é isso! Que vergonha! É isso que eu falo! Nem estou cobrando mais do *parquet*, não. Correto?

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Mas é para cobrar!

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Não, não. Eu estou falando com a veemência que eu cobrava antes. Enquanto estava parado no Ministério Público eu cobreí. Quando ele começou a andar, eu subi à tribuna e disse: “*Oh! Está andando*”. Até porque o nosso sentimento tem que ser esse de justiça.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Eu vou entrar em contato com o coordenador do Centro de Apoio das Promotorias Criminais para ver qual seria o apoio que ele poderia dar a essa promotoria especificamente — eu estou imaginando que é uma promotoria de investigação criminal de Campos —, no sentido de dar um apoio, dar uma ênfase nessa investigação. A Dra. Renata me telefonou ontem ou anteontem, não me lembro, para dizer que ela tinha feito uma cautelar, que ela também não me disse qual era. Esse fato também, como o senhor disse, é um silêncio.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - A mesma coisa que ela disse ao senhor, ela disse para mim há 1 mês, há uns 20 dias atrás.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Que ela fez esse pedido, que é pedido de uma cautelar, que eu imagino que deva ter sido essa coisa do sigilo telefônico, da quebra de sigilo, deve ser qualquer coisa assim. É uma opinião pessoal minha. Não sei o que ela pediu, ela não me disse. Mas eu vou entrar em contato com o Dr. Walter, que é o Coordenador das Promotorias Criminais, para ele dar um apoio, uma ênfase maior nessa investigação porque são fatos gravíssimos, são essas adolescentes que estão encarceradas lá — não sei se ainda estão, nem se esse fato ainda persiste, mas é um fato muito grave, muito sério, tem que ser investigado porque isso é uma investigação policial, porque são crimes acontecendo ali.

O que eu estava falando para o Thiago é que no caso de haver adolescentes ou crianças identificadas para comunicar à Promotoria de Infância, a fim de se adotar as medidas de proteção. Agora, com relação aos outros fatos, são fatos criminais que têm que ser investigados pela Promotoria Criminal e pela Justiça



Criminal. E o meu dever de casa, vamos dizer assim, é falar com o Dr. Walter para ele verificar o que está acontecendo.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - O senhor quer ver, doutor, a cautela que eu estou ressaltando aqui? Campos é uma cidade que respira política dia e noite. Então, quando eu falo dessas cautelas, é para a gente não expor pessoas que às vezes são inocentes e que parecem culpadas, ou pessoas que são culpadas e que parecem inocentes e depois serem beneficiadas por causa das iscas que podem colocar para nós, as autoridades, divulgarmos. Então, eu tenho esse dever com a minha consciência de que... Em que pese, qualquer pessoa... Eu vi lá, naqueles papéis que me deram, nome de político e tal. Eu não ousou, eu não tenho confiança para dizer...

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Pode ser um inquérito falso também esse que o senhor recebeu.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Pode ser um inquérito... Eu não tenho confiança para dizer, porque seria um ato leviano de minha... E para mim o que interessa é o que interessa a qualquer pessoa que tenha senso de justiça e que tenha compromisso e apego à verdade: que a verdade apareça. É isso.

Há poucos dias eu vi uma definição sobre esse caso no *blog* do jornalista Fernando Leite Fernandes. Ele disse assim: "*Esse caso, Meninas de Guarus, corre o risco de virar uma lenda urbana*". E é verdade! O que ele está dizendo é verdade.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - São fatos que já foram noticiados há 5 anos e até agora não há uma resposta. Parece que há um sujeito que foi preso.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Cinco anos! Entendeu? Não é isso?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu acho assim, o meu entendimento: prendeu o cara, já deu uma satisfação à sociedade, e acabou. Mas e a vida das meninas? E as famílias? E onde está a Jéssica?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Eu já vi nessa minha vida... Eu saí de casa, doutor, com 13 anos de idade para estudar em colégio interno. Então, a gente que sai muito cedo de casa já viu muita coisa na vida, como vocês também viram nas suas experiências de vida, e também, como autoridade, o senhor já deve



ter visto muita coisa. (*Riso.*) Mas, honestamente, eu nunca vi um caso pavoroso como esse — pavoroso em todas as formas.

As agressões aí são de todas as formas: assassinatos, crianças foram drogadas, segundo as reportagens, ameaça de esquartejamento, etc., etc. — essas agressões. E outras agressões são agressões ao senso comum, à sociedade, quando um caso desses não é apurado. Desde 2009, esse caso não é apurado! Isto é uma agressão, uma agressão à sociedade, porque é aquilo que eu disse aqui: eu não sou pai. Eu só cuidei de filho dos outros, como Secretário, entendeu?

Então, vejam bem: eu fico a imaginar uma mulher que é mãe, uma pessoa, que é pai, um avô, uma avó, como eles vivem tranquilos num Município em que casos como esses acontecem com essa agressividade dessas reportagens, reportagens essas que relatam agressividade muito grande. Então, como um pai, uma mãe, um avô ou uma avó ficam? Eles devem ficar sobressaltados, quando casos como esse vêm à tona.

Eu vivo numa cidade em que casos como esse é corriqueiro. É normal morrer criança, é normal existir rede de pedofilia. Ninguém é punido. Há assassinatos e ninguém é punido. Então, esse é um caso revoltante, nojento, nojento de todos os lados, em todas as suas nuances.

Repito: eu me recuso a crer que um jornalista, um cara que tem registro profissional, iria reportar isso! Se tudo aqui e nada for verdade, eu me recuso a crer. Eu me recuso a crer.

Doutora, se por acaso a senhora precisar de mim, eu continuo. Se não precisar, eu queria pedir permissão para me ausentar, porque eu vou ter uma sessão agora.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu agradeço a sua participação aqui na CPI. Vão estar disponíveis no *site* do Congresso Nacional as suas declarações com as notas taquigráficas. Depois o senhor pode até requerer também, se quiser, que a gente pode enviar. Eu agradeço.

Vamos dar celeridade, no caso das Meninas de Guarus, porque realmente nós precisamos de respostas. Já que a gente não está conseguindo da maneira natural, vamos para uma instância maior. Eu acho que é o único jeito de a gente pressionar para que se haja justiça lá em Campos dos Goytacazes.



Eu agradeço a sua participação. Se o senhor tiver mais documentos para enviar para a CPI, por gentileza, que o senhor os envie para constar no nosso relatório final.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Estou inteiramente à disposição da senhora e da Justiça também. E o pouco que eu pude contribuir é isso, porque também, como os senhores e as senhoras, eu estou com mais perguntas do que respostas, que é como a sociedade está.

E faço aqui um apelo, com muita sinceridade, Deputada, para que pegue esse caso. Estou pedindo aqui, em nome da nossa cidade, a V.Exa. que pegue firme esse caso, porque muitas autoridades souberam disso, sabem disso e nada fazem para esclarecer o caso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - A CPI obteve algumas vitórias em casos emblemáticos como esse. Nós recebemos aquele caso de Coari, no Amazonas, e demos solução. Recebemos também o caso de Florianópolis, do ex-Deputado Dudu, que também continuava solto. Foi preso, em outubro, aqui no Morro do Alemão. Nós exigimos do Tribunal de Justiça que desse à sociedade o que ela queria, o que ela ansiava: justiça. Que desse uma resposta, e foi dada uma resposta.

Nós tivemos aqui, no Rio de Janeiro, o caso das meninas desaparecidas, que o senhor deve conhecer. E eu procuro, há muitos anos, as meninas de 7 a 12 anos que sumiram emblematicamente. Nós tivemos hoje uma audiência na Polícia Civil, e nós vamos fazer o DNA das ossadas, desde 2002 até 2014. São 213 ossadas que vão ser separadas para se saber se essas ossadas são de crianças, adolescentes ou adultos, para dar uma resposta a essas mães. Conseguimos que o acusado, que já tinha sido condenado, no caso do sequestro das meninas Larissa e Thais de Lima Barros, por 2 anos em regime aberto. Nós conseguimos, forçamos a Justiça a olhar novamente, rever esse processo. O autor foi condenado, está preso há 7 anos em regime fechado. Nós estivemos na ALERJ, em fevereiro, ouvindo-o.

Então, esta CPI tem dado resultados nesses casos emblemáticos. Nós vamos tentar, de todas as maneiras, ir até onde der, para que a gente possa solucionar esse caso, que precisa de resposta.



**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - A senhora não cogita fazer uma audiência pública lá em Campos?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós queríamos fazer, mas não temos tempo hábil para dar desdobramento ao caso. O que nós vamos fazer? Vamos apresentar no relatório final todas essas indagações para o Ministério Público Federal acompanhar. Aí vai passar para outra instância. O Ministério Público é que vai começar a fazer a investigação. Vamos fazer um requerimento para o CNJ, levando todas essas informações, por que eles negaram o processo, o que está atrás de tudo isso.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Eu estava querendo fazer pela ALERJ. Então, eu vou abrir mão...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Pode fazer, porque tem dois. Não tem problema. A gente faz pela CPI.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Para não fazer trabalho paralelo. Não é audiência pública que eu estou falando. Eu falo...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O requerimento ao CNJ.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO HENRIQUES** - Ao CNJ.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós vamos fazer isso. O nosso Secretário já está voltando. Vamos passar todas essas informações. Depois eu até encaminho uma cópia do documento para V.Exa., e vamos aguardar para ver o desdobramento de tudo isso, onde a Justiça está falhando, por que a morosidade nesse caso, que é gravíssimo.

Eu estava vendo que as meninas foram ouvidas. Elas relataram que assistiram as outras serem mortas com requintes de crueldade, mas nada foi feito. O aliciador está na rua. O cafetão está nas ruas, solto. Então, nós queremos saber por que ele está solto, qual foi a pena que ele pegou — o que a gente não sabe. Nós não obtivemos essas informações para saber quantos anos ele pegou e porque está solto, se foi estupro de vulnerável, se foi o 241-A, rede de exploração sexual. O que foi? A gente não sabe qual foi o desdobramento. Então, nós precisamos ter acesso ao processo para poder fazer as cobranças. Por isso que nós não pedimos audiência pública. A gente vai ouvir aquilo que vocês já ouviram. Nós precisamos do processo para saber o que está por trás, o que tem dentro do processo, que é uma



caixinha preta. Está bem? Então, o senhor tem essa garantia da CPI de que nós vamos fazer esses encaminhamentos.

Agradeço por sua participação. Muito obrigada. *(Pausa.)*

Vamos ouvir o Secretário Thiago Cerqueira Ferrugem Nascimento Alves, que é Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes.

Boa tarde, Thiago. Deixe-me perguntar: diante de todas essas denúncias — V.Sa. estava aqui participando e ouviu o Deputado —, quais foram as ações da Prefeitura nesse caso ou o que vocês fizeram, o que a Secretaria fez, quais as providências? Vocês deram apoio às famílias? O que V.Sa. sabe sobre o caso que possa nos ajudar, por gentileza?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Boa tarde, Deputada Liliam Sá, Sr. Promotor de Justiça Marcos Moraes Fagundes, que nos recebe aqui, e equipe da Câmara dos Deputados.

A Fundação Municipal da Infância e Juventude, que tem sua atribuição estatutária de resguardar, criar e manter o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente no Município de Campos, tem um projeto voltado para abuso e exploração sexual infantil para dar apoio às famílias. O programa se chama Fortalecer. Todas as vezes que o Conselho Tutelar, o CREAS, o CRAS, delegacias, hospitais encaminham as famílias para o Programa Fortalecer, para dar suporte e apoio psicológico e social às famílias, o Fortalecer o faz.

Nesse caso em concreto, eu não estava na Fundação à época. Isso, pelos depoimentos, aconteceu em 2009, eu assumi a Presidência da Fundação a partir de janeiro de 2013 e não tenho notícia sobre o que aconteceu de fato. O que nós sabemos é que todas as vezes que é encaminhado para a Fundação, todo e qualquer tipo de apoio a gente dá. Eu tenho aqui, por exemplo, que no ano de 2009 o Programa Fortalecer assistiu 266 crianças e adolescentes. No ano de 2010, nós assistimos 230 casos dentro do Programa Fortalecer. A partir daí, o número vem aumentando.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Que casos são esses?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Todos os casos que envolvam pedofilia. A gente dá o suporte, como eu falei, psicológico. Nós



temos uma equipe de quatro psicólogos, quatro assistentes sociais e uma psicopedagoga que faz esse trabalho junto às famílias.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - São 216 abusos sexuais ou outros tipos de abusos, como maus-tratos?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Não. Esse programa é sexual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas esse não é um número muito grande para lá?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - É altíssimo esse número, tanto é que nós...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Esses 216 casos foram em que ano?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Não são novos casos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Foi em que ano?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - ... porque, de um ano para o outro, aquela criança não teve alta e continuou.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E continuou.

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Em 2009, foram 266; 2010, 230; 2011, 271; 2012, 337; 2013, 309; e hoje nós assistimos 330 crianças e adolescentes dentro do Programa Fortalecer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas crianças de que idade?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Qualquer tipo de idade até os 18 anos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Até os 18 anos? Crianças e adolescentes?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Até os 18 anos incompletos. Crianças e adolescentes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E como funciona esse Programa Fortalecer? Vocês dão o atendimento psicológico, encaminham também para o Judiciário, para a Vara da Infância? Como é feito?



**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Dentro do nosso fluxo de atendimento, a gente recebe por vários meios. Via de regra, as denúncias são feitas pelo Disque 100 ou 181, como o apoio dos CREAS, do Ministério Público. A delegacia encaminha isso junto ao Conselho Tutelar. A partir daí é que vem para o Programa Fortalecer. Aí a gente dá todo o atendimento psicológico e social para aquela criança, inserindo-a em programas, em outros projetos e atendimento específico nessa questão da violência, dá a contrarreferência para os CREAS, para a Vara da Infância ou Justiça Criminal, quando solicitada, requisitada. Então, ele funciona mais ou menos nesse sentido. Ele não recebe diretamente aquela criança, ou, quando recebe a denúncia direta, ela é encaminhada para os órgãos competentes para fazer a denúncia formal à delegacia, necessariamente acompanhado do Conselho Tutelar, e a partir daí dar essa... Eu posso, inclusive, deixar aqui o fluxo com que a gente trabalha lá, porque isso está dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Fundação Municipal da Infância e Juventude.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - São quantos habitantes em Campos dos Goytacazes?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Nós temos uma média de 480 mil habitantes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu achei um número alto, para a pedofilia, muito alto.

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Esses dados são do Programa Fortalecer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E fora, ainda, os do Conselho Tutelar...

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Ainda temos o CAPEVI.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - CAPEVI?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - É. O CAPEVI é da Secretaria de Saúde, e nós temos um termo de cooperação técnica da Fundação da Infância e Juventude com a Secretaria Municipal de Saúde, em que a gente faz um trabalho de rede, de proteção às crianças. Inclusive, esse modelo,



esse fluxo foi premiado pelo Ministério da Saúde. A gente teve, a partir da implementação dele... Com todo esse fluxo de atendimento, um atendimento especial é dado à criança e ao adolescente na nossa rede de saúde, que faz a triagem pela equipe de enfermagem, que já remete ao atendimento médico. Identificando-se que, de fato, houve violência sexual, ela é encaminhada diretamente para o atendimento psicológico no CAPEVI, e é feita uma notificação no SINAN, ou SINOVA, que é o Sistema de Notificação de Violência, voltado não só para crianças e adolescentes, mas também para qualquer tipo de violência, especialmente contra a mulher e crianças.

Com isso, com a implementação desse modelo em que se recebe as denúncias diretamente da população ou pelos CREAS, pelas escolas, pelos CRAS, pela Estratégia da Saúde e da Família, e entra na Rede Poliárquica de Atenção Social e à Saúde. Depois da implementação desse projeto, por exemplo, na violência sexual, nós tivemos 18 casos em Campos — aí se englobam não só crianças e adolescentes —, em 2009. Já em 2010, com a implementação desse projeto, foi para 160 casos de denúncias de formalização na saúde, em relação à violência sexual. Em 2011, foi para 430 notificações de violência sexual; em 2012, 454; em 2013, houve uma redução para 183. Nós tivemos um aumento de 40 vezes, a partir da implementação desse programa. Quando se cria uma rede mais fortalecida, as denúncias acabam vindo com mais frequência.

Deixo também aqui todo o sistema, todo o modelo desse fluxo de atendimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu achei o número altíssimo e gostaria de saber o que vocês estão fazendo em relação? Porque vocês têm que combater. Cadê o plano? Você tem um plano de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes? O que vocês estão fazendo na questão da promoção dos direitos das crianças e adolescentes e também da prevenção?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Bom, o plano municipal está em construção no Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas o trabalho de prevenção e proteção é coordenado por este Programa Fortalecer, que, além de dar todo o atendimento, faz também um trabalho preventivo. Eu trouxe aqui, por exemplo, um folheto que a



gente distribui no Município para, enfim, fazer com que as pessoas denunciem mais casos para que seja encaminhados.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Eu queria saber se vocês chegaram a atender alguma dessas meninas que foram vítimas dessa rede de exploração, lá desse caso das meninas de Guarus. Vocês chegaram a atender alguma, ou não?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - A delegacia, em 2009 — isso eu sei também pelos comentários dos funcionários, porque tudo estava correndo em sigilo; então, não tem nem documentos na fundação, nesse sentido —, solicitou que fossem encaminhadas para uma outra comarca essas meninas. Então, o Programa Fortalecer e a Fundação deram suporte para transferir essas meninas para saírem do Município por conta da questão de violência. E, a partir daí, a gente não teve mais notícias do caso na Fundação, no Conselho Tutelar, e não sei como é que eles têm enxergado essa situação. Mas a Fundação tem medida protetiva e, muitas vezes, quando solicitada. Então, a gente, hoje, como o caso corre em sigilo — como o Deputado Roberto falou mais cedo, é um caso que merece uma atenção muito mais aprofundada, como vem sendo dada pelo Judiciário —, dá atendimento naquele momento, mas depois não sabe, não tem essa informação de para onde foram as crianças. A gente não tem essa informação.

Mas assim que o Judiciário abrir esse caso e passá-lo para nós, teremos todas as condições de dar todo o suporte necessário. Agora, estando em sigilo, eu não tenho poder de investigação, não posso investigar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não sabem nem quem são as meninas.

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Não sei nem quem são as meninas. Foi dado um suporte, a gente encaminhou, e isso não é documentado também. Foi uma solicitação feita.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Quantas meninas foram transportadas à época?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Nós não temos essa informação para fornecer, porque, como estava em sigilo, foi solicitado diretamente pela pessoa do Presidente da Fundação da Infância à época. Foi



disponibilizado um veículo para transportar para um lugar, escolhido inclusive pela própria delegacia. Então, eu não tenho como passar...

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Qual foi o suporte que vocês deram?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Veículo, um veículo para poder transportar as crianças.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - E qual? Era veículo grande ou pequeno? Só para nós termos uma noção de quantas crianças.

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Foi um veículo, parece-me, de passageiro, um veículo comum, de três lugares atrás e dois na frente.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Então não deveriam ser muitas.

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Não, provavelmente não. Mas isso tudo é como o próprio...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Acho que foram três meninas que denunciaram. Eu estava vendo aqui as matérias. Acho que devem ter sido essas meninas. Elas que denunciaram.

A gente está preocupado com a Jéssica, que desapareceu, segundo o relatório que nós recebemos e a fala da Vereadora Odisséia Pinto de Carvalho. Foi ela que disse que a menina desapareceu e que ninguém sabe, ninguém viu. Isso é segundo a Odisseia.

Eu gostaria de saber do senhor: nesses casos de pedofilia, não tem uma delegacia especializada de criança vítima, como tem aqui na Capital, que é a DCAV. Como isso é encaminhado? Essa criança não é revitimizada ao ser ouvida numa delegacia comum? E como funciona a questão da coleta de provas? Vocês fazem a coleta de provas lá para o IML? São mandadas para cá ou vocês têm lá um suporte? Como é feito isso?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Bom, isso é uma situação muito grave que acontece no Município de Campos em relação ao atendimento nas delegacias. As crianças não têm atendimento prioritário e são atendidas, por diversas vezes, nas baias comuns.



Isso motivou inclusive o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. No ano passado, a gente procurou a Delegada Martha Rocha, à época Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, solicitando que fosse feita no Município de Campos a DCAV, para que a gente pudesse atender com mais qualidade as crianças e adolescentes vítimas.

Mas, conforme está aqui também — estão todos os documentos —, a Delegada nos encaminha a resposta, negando a possibilidade de instaurá-la. Apesar de reconhecer um número grande de violências sexuais contra crianças e adolescentes, ela rejeita a ida da Delegacia Especializada para o nosso Município, o que nos causou muita estranheza, porque, infelizmente, o Conselho Tutelar tem sofrido muito para fazer o registro das ocorrências. Já houve casos no Município, e a gente relata isso em várias matérias de jornal, em que uma criança de 8 anos de idade ficou 5 horas para fazer uma ocorrência policial.

E você tem a prioridade dos policiais que estão trabalhando em diligência, em flagrante. Então, os policiais chegam para fazer o flagrante, e a criança e o adolescente que estão lá ficam à mercê do bom senso dos inspetores e delegados em sede policial. Isso acaba tomando muito tempo, revitimizando aquela criança. Já houve casos em que o policial civil ficou muito assustado com aquilo que estava ouvindo, chamou um outro colega e fez com que a criança repetisse tudo aquilo que ela já tinha contado, uma situação completamente constrangedora para a criança.

Então, nós buscamos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E que viola o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, nessa área do Governo do Estado, ele não investiu na questão da segurança das crianças e dos adolescentes. O que argumentou a Chefe da Polícia Civil à época, Delegada Martha Rocha? Falta orçamento?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Argumenta-se na resposta que, em que pese o número de violência ser bem alto... Está nos documentos atrás. Ela coloca inclusive a resposta dos coordenadores das delegacias da região. Ela coloca como prioridade a Delegacia de Homicídios, e não a da Criança e do Adolescente Vítima.



A mesma falta de prioridade ocorre no IML. Lá, o Conselho Tutelar, quando consegue fazer a ocorrência, depois tem que fazer o corpo de delito no IML. E a falta de prioridade é a mesma. A criança fica esperando na área comum, e muitas vezes as pessoas, por curiosidade, acabam perguntando a ela o que está fazendo ali, e é um motivo de muita... É uma agressão psicológica muito grave na cabeça das nossas crianças.

Isso nos motivou, se puder complementar, Deputada... Depois dessa negativa, o Conselho procurou Parlamentares do Município para que fosse encaminhado um projeto de lei que desse prioridade às crianças e adolescentes do Estado do Rio de Janeiro, prioridade nas delegacias. Aí foi encaminhado para a ALERJ. Foi aprovado esse projeto de lei, inclusive, na ALERJ. Quando chegou à mesa do atual Governador, ele vetou o projeto de lei que dava prioridade às crianças e adolescentes em sede policial e em IML, o que para a gente também é motivo de espanto muito grande, porque isso é uma regulamentação preconizada na Constituição Federal, que diz que é prioridade absoluta, e vem o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente. Essa regulamentação foi vetada. Também trago aqui o projeto de lei, trago o veto, enfim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É, tem que ter preferência no atendimento, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, como falou o doutor que está lembrando. Isso é lei!

Tem como o senhor intervir neste caso?

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Na verdade, existindo uma deliberação do Conselho... Agora, eu acredito que tenha que ser uma...

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Uma provocação, não é?

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Havendo uma deliberação do Conselho, isso pode ser encaminhado ao Ministério Público, para se verificar a possibilidade de se propor uma Ação Civil Pública no sentido de compelir a...

Agora, isso aí é para dar prioridade no atendimento, não é nem para... Na verdade, do que se precisaria lá seria a instalação de uma Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente Víctima, porque aí o Promotor do local, que seria a Dra. Anik, da Tutela Coletiva de Campos, teria que propor uma Ação Civil



Pública no sentido de compelir o Estado a criar e instalar uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E precisa, sim, porque nós temos só a DCAV, e na DCAV a demanda é muito grande. Agora que a DCAV vai receber uma unidade nova, porque ela ficou anos e anos funcionando precariamente. Agora é que estão fazendo lá uma Cidade da Criança, que já tem uma Delegacia de Crianças Desaparecidas. Mas a DCAV vai funcionar aqui mesmo, no centro da cidade.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - É, vai ficar no centro da cidade. Estamos modificando as instalações da DCAV.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E o pedido dos delegados hoje é de que a CPI fizesse a sugestão, pedisse ao Tribunal de Justiça que aqui no Rio de Janeiro tivesse uma vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente vítimas. Eles falam que há um entendimento dos juízes, na hora em que precisam urgentemente, expedir algum mandado ou alguma coisa assim. Há outro entendimento, às vezes, eles não entendem da matéria e perdem a oportunidade de botar pedófilos e exploradores sexuais na cadeia. Então, é uma das reivindicações.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Parece que foi recentemente discutida aqui no órgão especial, o Tribunal de Justiça, a criação de uma vara especializada em julgar crime contra a criança e o adolescente, o que eu acho ótimo. Espero que o Tribunal tenha aprovado isso.

Eu não sei se eles encaminharam uma proposta, teriam que encaminhar para o Governador, para a ALERJ, a proposta de lei de criação dessa vara. Mas eu espero que isso tenha sido aprovado no Tribunal e que efetivamente o Governador e os legisladores encampem essa proposta.

Isso é muito importante aqui. No Rio Grande do Sul e em Pernambuco já existem essas varas especializadas instaladas, e têm funcionado bem. Seria importante que nós, no Rio, tivéssemos inclusive todo esse mecanismo de escuta qualificada da criança, para não revitimizá-la.

A Comissão Permanente da Infância e Juventude — COPEIJ, que é do Grupo Nacional de Direitos Humanos, parece que entregou um ofício à Deputada Erika Kokay — eu até imaginei que ela fosse estar aqui hoje —, nesse sentido de ser



elaborado um projeto de lei com vista a essa questão da escuta qualificada de criança e adolescente vítima de abuso sexual. Isso é muito importante, porque a pessoa que vai fazer essa escuta tem que ser qualificada para isso. Não precisa ser assistente social, psicóloga. Basta ter qualificação para saber como vai fazer a abordagem, como vai perguntar, justamente para evitar essa revitimização.

Aqui no Rio, nós estamos em via de implantar um Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas eu estive aqui no ano passado, aqui mesmo, aqui ao lado, e nós fizemos uma audiência. Dentro dessa audiência, nós recebemos uma documentação e a encaminhamos ao Governador atual. Na época, quem nos recebeu foi ele, o Pezão; era Vice-Governador, agora é Governador. Nós entregamos a ele, para que tomasse providências em relação a tudo o que os promotores pediram nessa reunião que nós tivemos, inclusive até a Delegacia da Criança Desaparecida e mais varas. A gente está precisando de muita coisa em relação à criança e ao adolescente.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Aqui, o que eu posso adiantar à senhora — é até uma notícia — é que nós já elaboramos o termo de cooperação, o termo de convênio entre o Governo Municipal e o Governo Estadual. O Dr. Marfan já conversou com o Governador, que afirmou que assinaria esse termo no sentido de implantar no Hospital Souza Aguiar, aqui no centro da cidade, esse Centro de Atendimento à Criança e Adolescente Vítima, onde se concentrariam o atendimento de saúde e o atendimento policial. A criança vai receber o atendimento de saúde e imediatamente vai ser encaminhada para o exame médico legal, se houver necessidade. Já vai ser ouvida pelos policiais, que vão ter sala ali no hospital Souza Aguiar para isso, para a criança não ter que ficar pulando de lugar em lugar.

Os policiais estão sendo capacitados para fazer essa escuta qualificada. Nós trouxemos lá do Rio Grande do Sul a Profa. Lilian Stein, que está capacitando e deu o curso aqui. A criança então vai ser ouvida por pessoas que estão sendo capacitadas para isso. A partir de então, o inquérito vai ser encaminhado para o Ministério Público respectivo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vai ficar mais fácil.



**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Vai facilitar muito. Felizmente, aqui nós estamos em via de implantar isso aqui no Rio de Janeiro.

Agora, eu acho muito importante essa proposta que V.Exa. fez no sentido da regionalização da DCAV, porque a DCAV só existe aqui no Rio de Janeiro, e é importante que haja também nos outros Municípios, pelo menos nesses que têm uma população maior, como a Baixada Fluminense, onde os casos são mais recorrentes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É verdade. Quando se chega a uma delegacia comum — e isso nós verificamos em todos os Estados em que nós estivemos —, as pessoas não são qualificadas para receber uma criança vítima de abuso sexual. Então, a criança ali é sabatinada, ela sofre a segunda violência. Ela já foi violentada e sofre a segunda violência. Esta é uma questão que nós, da CPI, estamos tentando viabilizar, como vamos fazer. Nossa equipe técnica lá, os consultores estão pensando, porque nós temos que mudar tudo que está aí. E, para isso, nós precisamos de uma política pública nacional.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não adianta a gente resolver o problema num Estado e não resolver noutro. Precisamos de uma política pública nacional. Então, esse é o nosso grande embate, é fazer funcionar todos os órgãos de proteção às crianças e aos adolescentes, e que eles possam interagir...

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Agora, a COPEIJ, que é a Comissão Permanente da Infância e da Juventude do Grupo Nacional de Direitos Humanos, entregou, nas mãos da Deputada Erika Kokay, um ofício solicitando justamente isso: que fosse elaborada uma padronização dessa política de disputa qualificada. Eu vou até ver se eu consigo localizar esse artigo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor podia me dar, porque eu estou concluindo agora o relatório final. Eu posso entregar uma cópia do ofício ao consultor, porque é muita coisa na cabeça da nossa Deputada. E eu não sei se o documento foi passado para o consultor. Se não foi, eu vou pedir, para que a gente dê prioridade absoluta a esta questão.

**O SR. MARCOS MORAES FAGUNDES** - Sim, é fundamental. Essa questão da capacitação e da qualificação da pessoa que está fazendo a entrevista com a



criança é importante. A pessoa tem que ser qualificada. Eu não me sinto qualificado para isso. Não é questão de ser promotor, juiz, assistente social, psicólogo, seja quem for. Isso aí é uma questão de a pessoa receber uma qualificação para aquilo, independente do cargo que ela ocupe, da autoridade que seja. A pessoa não nasce sabendo aquilo. Então, ela tem que receber, e é justamente isso.

Esse profissional estuda a questão das falsas memórias que podem ser implantadas na cabeça de uma criança, do princípio da intervenção precoce, e a criança deve ser ouvida o mais rapidamente possível com o uso de técnicas adequadas. Então, é fundamental. E se a senhora pudesse intervir no sentido de promover o andamento desse projeto lá na Câmara dos Deputados, seria muito interessante.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Pode deixar. Se o senhor puder me passar o documento... Espero que o senhor consiga uma cópia, por gentileza.

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Excelência, complementando essa questão, a gente vai desenvolvendo diversos projetos e programas a fim de que as pessoas denunciem os casos.

No Município, dentro da sua atribuição e competência, a gente toma as medidas protetivas, faz campanhas. E nós temos diversas campanhas — posso entregar à senhora matérias de jornais — que vimos desenvolvendo. Fizemos agora, na última sexta-feira, um seminário com mais de 800 pessoas no Teatro Municipal Trianon, lá no Município, sobre a questão da pedofilia, com delegados, pessoas especializadas no tema. Mas, se não houver um aparato policial que faça uma investigação correta, a impunidade fica. E a sensação que nós temos é a de que o maior fator que vai contribuir para a perpetuação desse tipo de violência é a impunidade. Se ninguém é punido... Então, fica só este registro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Claro. E agora, com essa lei que nós aprovamos no Congresso Nacional, que torna crime hediondo a exploração sexual de crianças e adolescentes, um crime também inafiançável, talvez a gente consiga avançar mais um pouco.

Agora, eu gostaria de fazer uma sugestão, para que se pudesse discutir, em âmbito municipal, que fosse feito também, como vai ser feita esta sugestão...

Peço que não seja gravado a partir de agora.



*(A gravação é interrompida.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Pode continuar.

Então, eu não me lembro qual o Estado do Nordeste que nós visitamos, que tem um hospital com uma ala só para receber crianças vítimas de abuso sexual. Naquela ala ali, tem tudo: um ambiente humanizado, com pessoas preparadas.

Então, eu faço a sugestão, já que não se tem uma resposta ainda do Governo do Estado em relação a uma polícia, a uma delegacia especializada em crimes contra a criança, uma DCAV, já que não se tem também uma vara especializada, que, pelo menos, possa se disponibilizar uma ala do hospital municipal de vocês e que se possam receber essas crianças, para que elas não passem por outro constrangimento. Então, fica essa sugestão.

Eu creio que ela vai ser acatada, porque a Prefeita tem todo um carinho por crianças e ela tem interesse nisso. Ela lutou muito, quando Governadora do nosso Estado, para que crianças e adolescentes tivessem dignidade no nosso Estado. E eu tenho certeza de que, se você levar essa proposta para ela, ela vai acatar.

Então, o senhor quer acrescentar mais alguma coisa em relação às campanhas ou tem a algo a dizer que possa ajudar a CPI também, alguma sugestão?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Em 2013, Excelência, a gente criou também mais dois Conselhos Tutelares no Município de Campos. Hoje, nós somos cinco Conselhos Tutelares. Eu acho que é muito importante esse registro, porque você amplia a capacidade de atuação do Conselho Tutelar, fazendo com que eles possam atender a uma maior quantidade, de maneira mais qualitativa também, de crianças e adolescentes do Município. Aqui está a lei já aprovada e sancionada, enfim, já valendo no Município.

Como a senhora falou, no Município de Campos, através da Prefeita, a gente tem desenvolvido todas as ações possíveis para resguardar e criar um sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes mais robusto, para que a gente possa proteger as nossas crianças. O Município tem desenvolvido várias ações e projetos, como foi registrado aqui nesta audiência, e a gente espera poder colaborar cada vez mais e nos colocamos à disposição da CPI da Pedofilia, para atender a qualquer diligência, a qualquer situação em que o Município possa ajudar, a gente



está aqui para colaborar. E a gente espera muito que esse caso das Meninas de Guarus tenha um desfecho real, para que os culpados sejam punidos e as crianças sejam protegidas. Que isso sirva também de exemplo para que novas situações possam ser evitadas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Agora, eu gostaria de pedir se o senhor pode enviar este projeto para a gente, como modelo, esse Fortalecer, e de parabenizar as ações que vocês estão tomando lá no Município de Goytacazes, porque este aqui é um projeto muito importante e pode servir de modelo, para que a gente possa regionalizar de maneira a fazer política pública nacional, criar um modelo, apresentar na Secretaria de Direitos Humanos e ver se a gente muda alguma coisa neste Brasil, porque crianças são sujeitos de direitos, mas o que nós vemos é que as crianças estão sendo muito maltratadas no nosso País. Criança precisa ser prioridade, como fala a nossa Constituição, prioridade absoluta, e não é.

Você vê que o Governador vetou um projeto que iria facilitar o atendimento às crianças e adolescentes. Eu não vi inconstitucionalidade nenhuma. Pedi uma coisa que já existe e que está dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, são coisas que a gente não entende, que, em vez de facilitarem a vida das nossas crianças e adolescentes, dificultam.

E eu quero deixar aqui registrado que o Deputado Estadual Roberto Henriques citou que foram enviados para a CPI da Pedofilia documentos, mas o nosso Secretário acaba de informar que, no relatório final da CPI da Pedofilia, do Senador Magno Malta, ele não colocou no relatório dele o caso das Meninas de Guarus.

Não havendo mais nada a tratar, eu vou suspender a reunião por 5 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Declaro reaberta a presente reunião.

Nós estamos conversando com Thiago Cerqueira Ferrugem. Para encerrar, você gostaria de fazer alguma colocação, Thiago?

**O SR. THIAGO CERQUEIRA FERRUGEM NASCIMENTO ALVES** - Sim, Deputada. Quero deixar registrado que tem sido muito eficiente o trabalho do Disque 100 e do Disque 181, que é o de Direitos Humanos, onde a denúncia tem sido bem



rápida. O *e-mail* com a denúncia totalmente anônima tem chegado a todos os órgãos que vão fazer investigação e também à rede protetiva, o que protege também as pessoas que estão fazendo denúncia. A maior parte das notificações tem vindo dessas denúncias feitas pelo Dique 100 e pelo Disque 181. Por isso, o Município de Campos tem feito campanhas com adesivos de carro e bótons de camisa para que as pessoas possam ter este número marcado na sua memória e fazer denúncia. Então, tem sido um instrumento muito importante no combate ao abuso e à exploração sexual no Município de Campos, pela eficiência da equipe do Disque 100 e do Disque 181.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião aqui no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Quero agradecer ao Promotor de Justiça Marcos Moraes Fagundes, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Está encerrada a nossa reunião.